



Documentos de Prestação de Contas

2010

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO CIVIL DE 2010

**I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

II – BALANÇO

III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

IV – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

V – DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA

VI – PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Missão

A Loures Parque EM tem por missão principal a gestão de zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento. Subjacente à sua missão está o ordenamento do estacionamento na via pública.

Compete ainda à Loures Parque EM fiscalizar e ordenar o estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada, conforme delegação de poderes efectuada pela Câmara Municipal de Loures e legislação para o efeito.

Hoje em dia, o ordenamento do estacionamento é um pressuposto da mobilidade e sustentabilidade das cidades.

O Conselho de Administração seguiu critérios de gestão assentes num plano de equilíbrio económico – financeiro da empresa sem recurso a qualquer subsídio ou endividamento.

Observaram-se os princípios estabelecidos nos documentos de gestão previsional para o ano 2010.

O primeiro trimestre de 2010 foi em termos gerais muito chuvoso, o que dificultou a acção de fiscalização, bem como o comportamento dos utentes em obter título de estacionamento.

Os proveitos de serviços prestados nas zonas de estacionamento de duração limitada, relativamente ao ano transacto, **cresceram 2,73%**. Os ganhos suplementares **cresceram 1,44%**.

As receitas oriundas da ANSR não corresponderam ao trabalho de fiscalização desenvolvido. O sistema de contra ordenações está em plena mudança em termos de tramitação e cobrança de coimas.

A situação ficará resolvida em 2011 com o registo e acesso da Loures Parque EM, como entidade autuante ao sistema SIGA da ANSR, passando a cobrança de todas as contra ordenações a ser efectuada directamente em conta bancária da Loures Parque.

Porém, das coimas cobradas directamente pela Loures Parque EM em 2010, as comitentes percentagens foram enviadas quer para a ANSR (10%), quer para o Ministério das Finanças (35%).

As operações de bloqueamento e remoção de viaturas não atingiram as previsões, uma vez que se adoptou uma pratica constante de fiscalização pró activa e o comportamento dos utentes também tem alterado, passando a ser mais cumpridor.

Verificou-se um desvio nas receitas suplementares relativamente às previsões, desvio esse que teve grande incidência nos resultados finais.

Porém, as empresas municipais não estão vocacionadas para o lucro económico, mas sim para a sustentabilidade económica, não descurando o escopo de serviço público.

Nota-se uma disponibilidade permanente de bolsas de estacionamento em todas as zonas de estacionamento de duração limitada, mesmo naquelas zonas de grande procura e alta densidade populacional.

A fim de melhorar as condições do pessoal e de atendimento ao público, tornou-se necessário arrendar um espaço físico em Moscavide. A loja de Moscavide para além do atendimento ao público serve também o pessoal da fiscalização com o apoio de instalações sanitárias e sala de lazer.

Na sede também foram efectuadas obras de adaptação e divisão de instalações sanitárias e de atendimento ao público, bem como de sala de recolha de cofres.

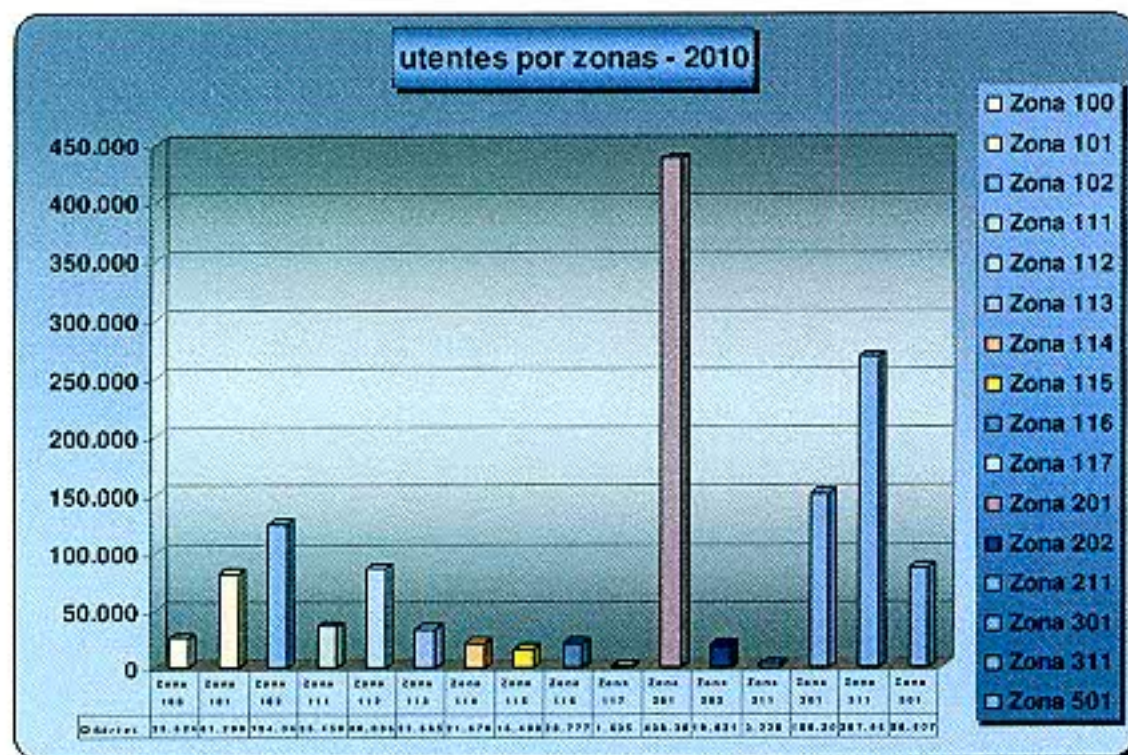
Houve uma regularização de IVA dos anos 2005/2008 em acção inspectiva, por interpretação de critério diferente daquele que estava a ser usado, no valor de 27.713,75 €

Distribuição de utentes por zonas de estacionamento

As zonas de estacionamento de duração limitada, são diferenciadas quer em número de bolsas de estacionamento, quer quanto à aplicação de tabela de preços e frequência de utentes.

Evolução dos utentes por zonas

A ocupação por zonas é variável conforme o número de bolsas de estacionamento e a centralidade das mesmas relativamente aos serviços.

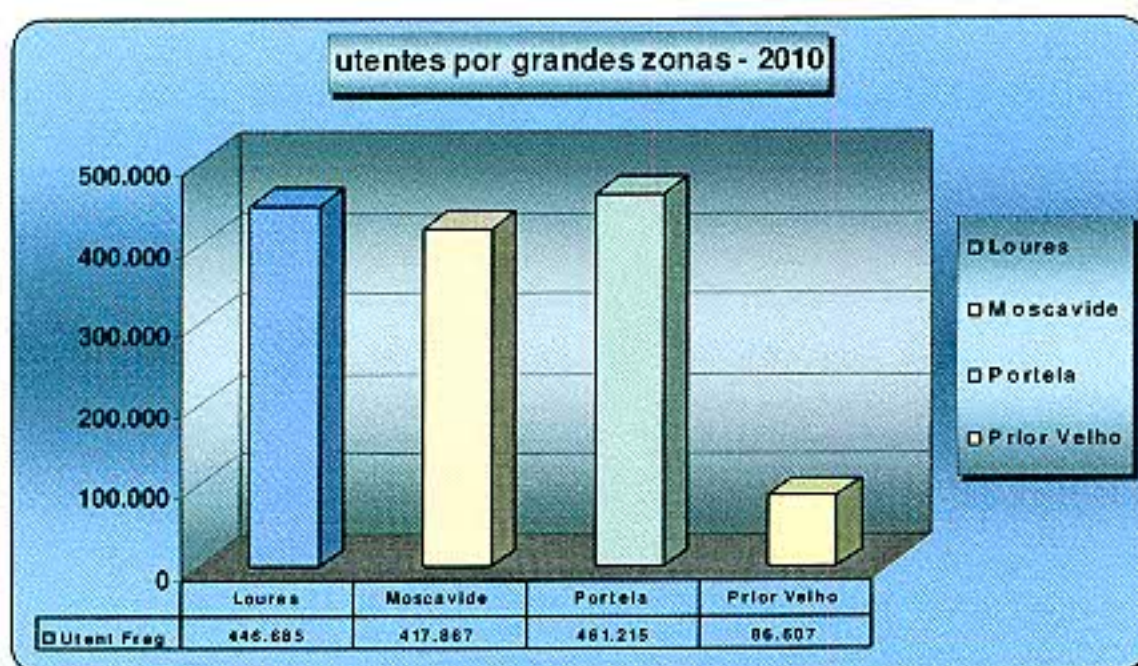


Verifica-se uma normal e procura na utilização das zonas de estacionamento de duração limitada e uma certeza na disponibilidade de lugares de estacionamento, tendo atingido em 2010 um total de **1.412.374** utentes que obtiveram título de estacionamento via parcómetro.

Distribuição utentes por grandes zonas

A ocupação do estacionamento por grandes zonas mantém-se sem grandes desvio, oferecendo uma ocupação regular e de rotatividade.

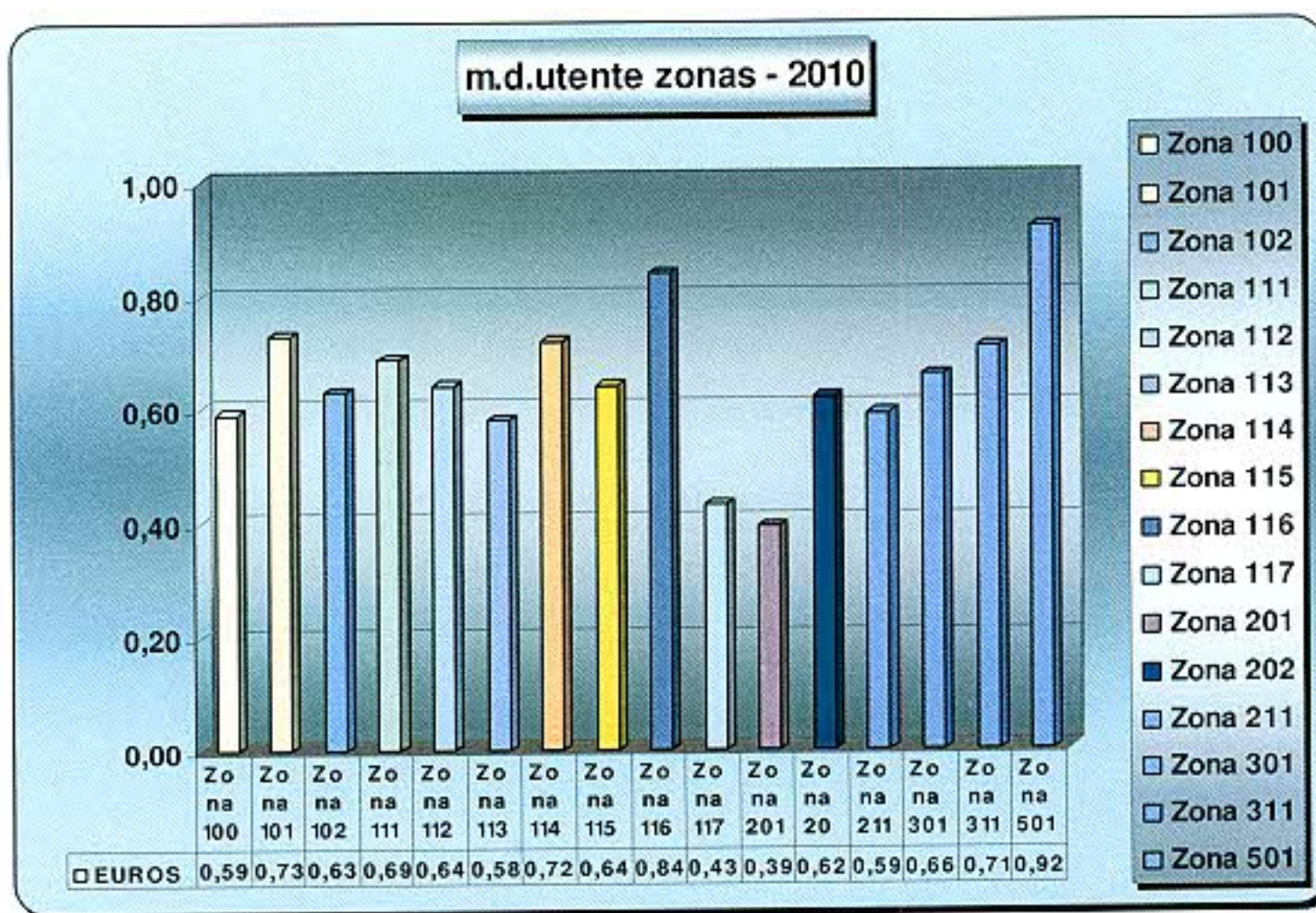
Verifica-se que a zona da Portela, pese o facto de ser a zona com menor número de bolsas de estacionamento, é das mais rotativas, devido à existência do centro comercial. Não fosse a disciplina no ordenamento, jamais se verificaria a rotatividade no estacionamento.



Média diária em € por utilizador zona

Considerando as três tabelas de taxas de estacionamento aplicáveis às diferentes zonas de estacionamento, verificou-se uma média diária por utente/zona de 0,65 €, situado dentro dos parâmetros definidos para a primeira hora.

Verifica-se que a grande maioria dos utentes obtém título de estacionamento de pequena duração, criando rotatividade no estacionamento.



Investimento

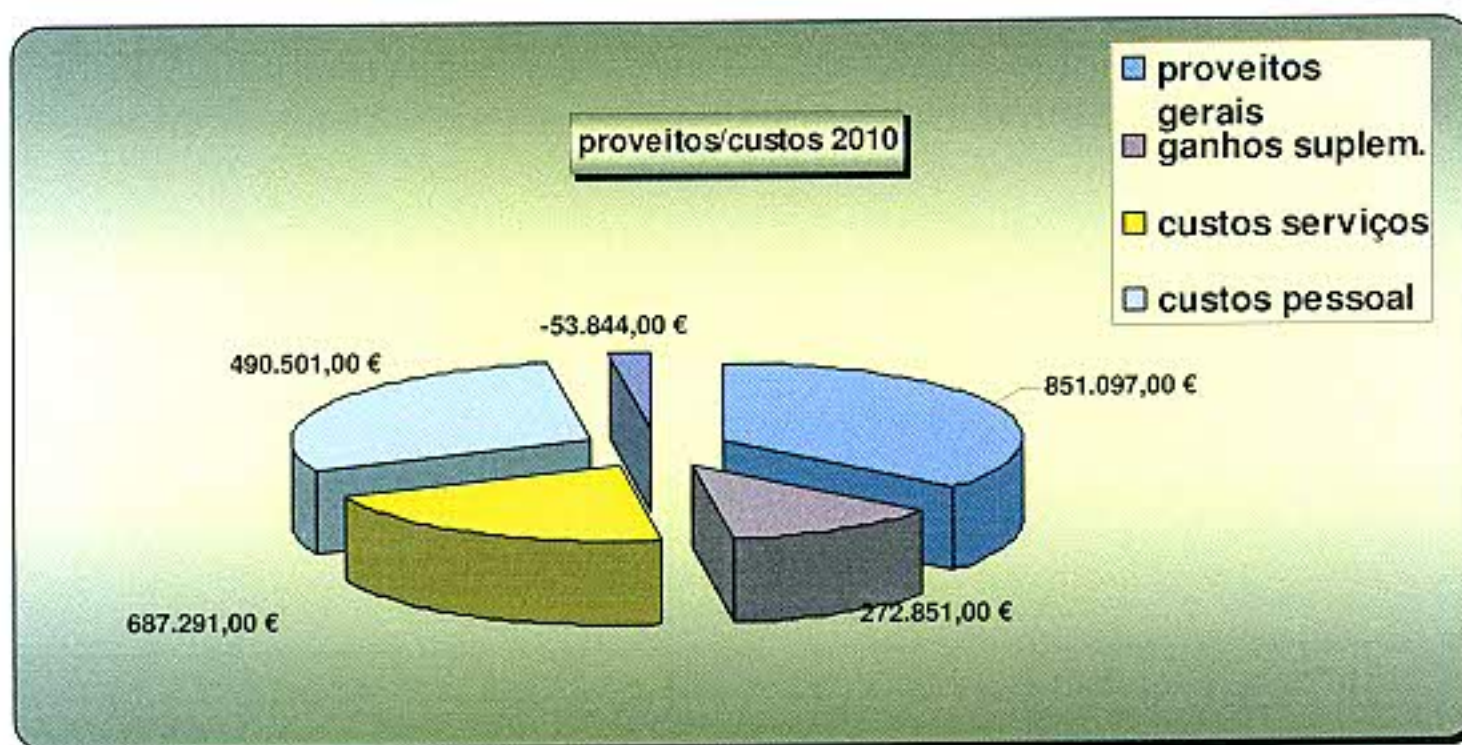
Foram lançados os procedimentos de contratação pública para uma melhor eficácia no desempenho da missão da Loures Parque EM

Nesta rubrica lançaram-se os procedimentos de concurso de:

- Instalações sede em Loures – **este investimento não estava previsto** Porém, tornou-se necessário face à legislação vigente para separação física dos sanitários masculinos e femininos, bem como isolamento total da área de trabalho de atendimento ao público. Os trabalhos tiveram um custo de 9.480 €.
- Loja de Moscavide – **este investimento também não estava previsto** uma vez que o atendimento ao público era efectuado na Junta de Freguesia e as instalações do pessoal estavam sediadas nos Bombeiros. Tendo-se alterado estas condições, procurou-se um espaço físico para o efeito. Houve a necessidade de fazer algumas obras de adaptação cujo custo foi de 7.500 €. O custo do arrendamento anual é de 7.200 €
- Substituição na zona da Portela de quatro parcometros antigos e cujo custo foi de 15.046 €
- Colocação de um parcometro na zona de Loures cujo custo foi de 4.060 €
- Alteração do sistema informático devido a novas aplicações reforçando o "server" com um custo de 10.851 €
- Tornou-se necessário equipar o pessoal de fiscalização com uniformes de acordo com os padrões estabelecidos para o desempenho da função, cujo custo foi de 34.000 €

- Contrato de manutenção de sinalização horizontal em diversas zonas no montante de 7.200 €
- Contrato de manutenção de aplicação de contra ordenações no montante de 2.500 €
- Contrato de manutenção de página WEB no montante de 2.400 €
- Contrato de manutenção do sistema informático no montante de 2.740 €
- Estudo de mercado relativamente ao estacionamento em diversas zonas de estacionamento de duração limitada no montante de 1.850 €
- Estudo prévio de construção de parque de estacionamento em Moscavide no montante de 9.000 €
- Reforço do sistema de vídeo vigilância no parque de Sacavém e sede no montante de 5415 €
- Implementação de diversa sinalização quer vertical, quer horizontal no valor de 10.300 €

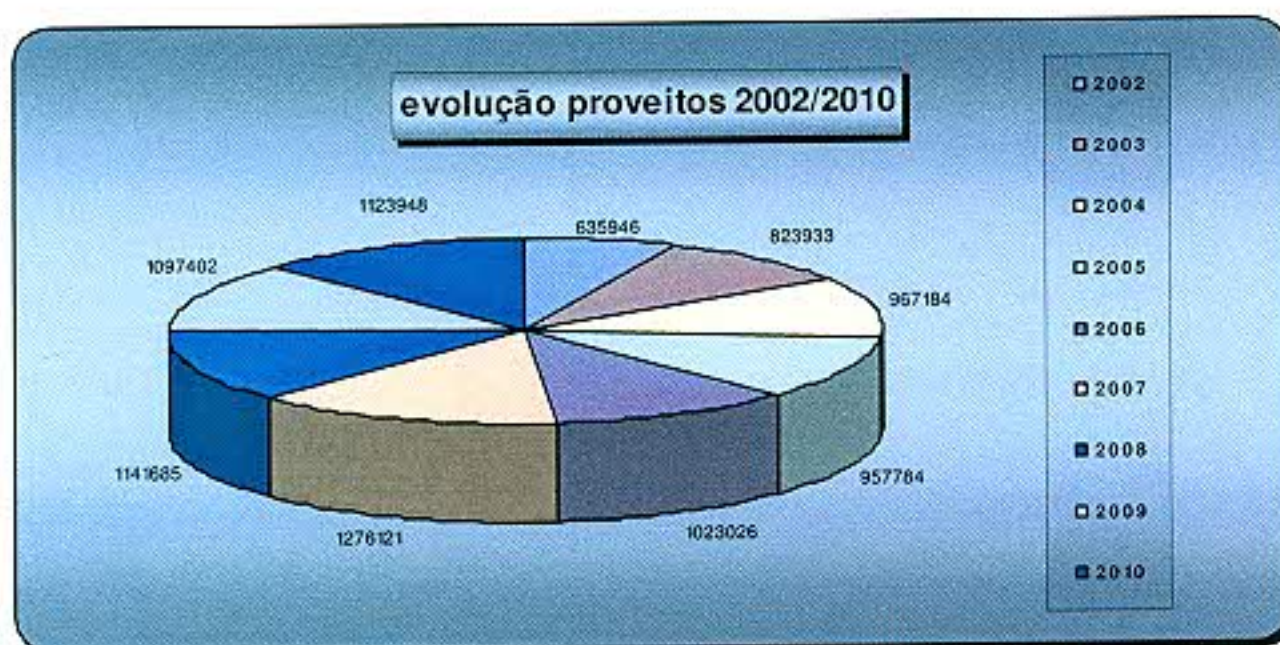
Relação proveitos/custos



Verificou-se relativamente aos custos em relação aos proveitos um **déficit de 4,6%**. Este acréscimo de custos estão associados às obras na sede, na loja de Moscavide e seu arrendamento, alteração e substituição do sistema informático e equipamentos para o pessoal de fiscalização. **Estes custos não estavam previstos**, mas tornou-se necessário efectua-los.

Evolução dos proveitos 2002/2010

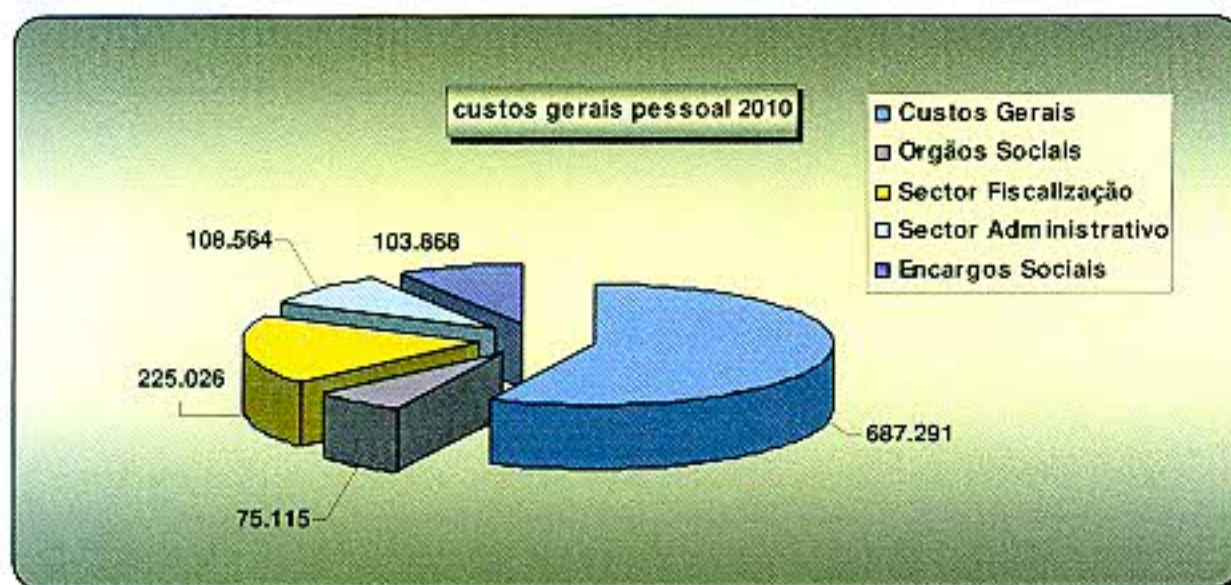
No ano 2010 nota-se uma recuperação dos proveitos relativamente ao ano anterior na ordem de 2,73%.



Custos pessoal

Os custos com o pessoal sofreram um aumento de 19,99 % relativamente ao ano 2009, consubstanciados em:

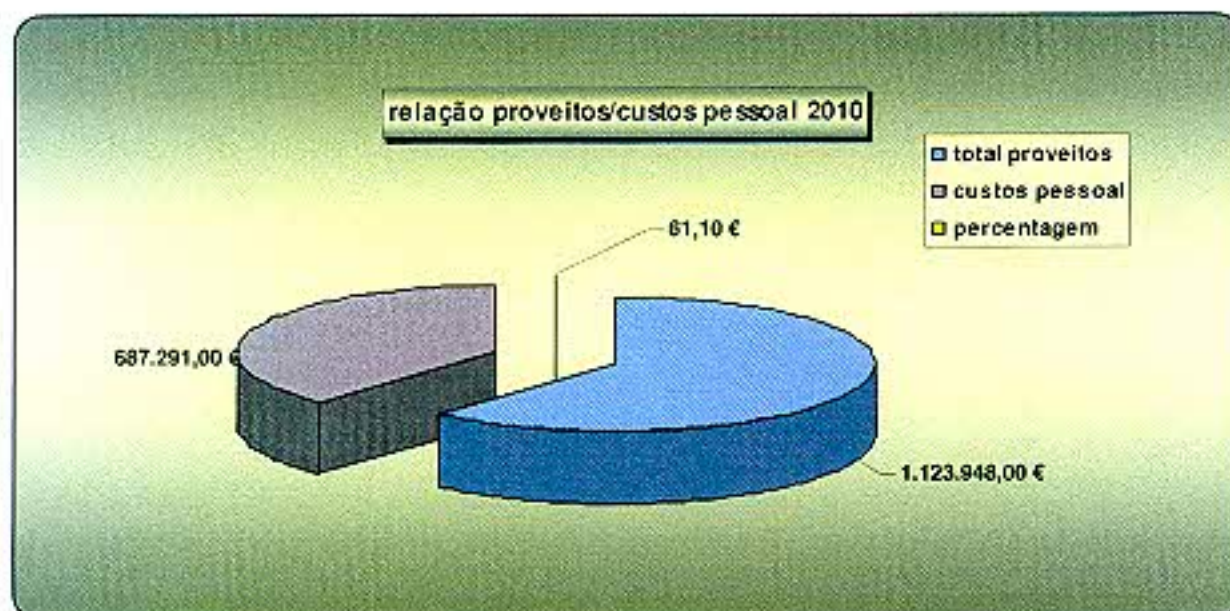
- Aumento da massa salarial base dos trabalhadores em 2,52 %
- Reforçou-se a equipa de fiscalização com cinco elementos, uma vez que houve a necessidade de um elemento integrar o parque de Sacavém, outro substituir trabalhador de baixa prolongada há mais de uma ano, tendo só regressado ao trabalho em Setembro e os restantes para equilibrar as equipas de fiscalização. Houve neste aspecto um acréscimo de custos na ordem dos 54.000 € anuais, ou seja 9,42 %.
- A necessidade de equipar o corpo de fiscalização com novos uniformes cujo custo foi de 39.000 € - 6,7 %
- Em 2009 a administração era composta só por dois elementos e havendo nomeação de novo conselho de administração em Março de 2010 passou a ser composto por três elementos, representando cerca de 2 %



Todo o pessoal auferir de um **seguro de saúde no montante anual de 13.951 €**, bem como seguro de acidentes no trabalho no montante de 16.391 €.

Relação proveitos e custos pessoal

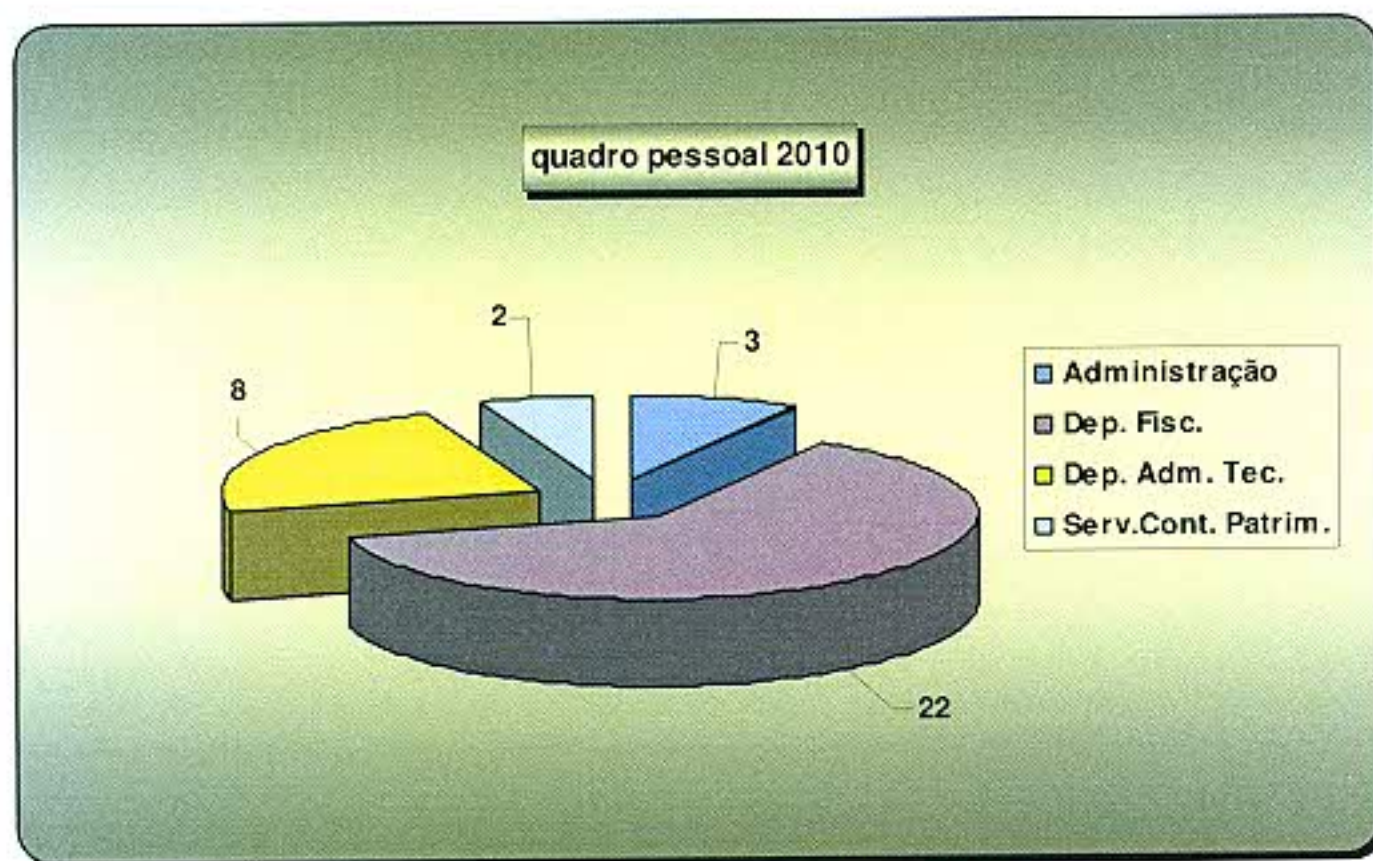
Em 2010 o peso bruto em termos percentuais dos custos do pessoal relativamente aos proveitos foi de 61,1%.



Quadro de pessoal

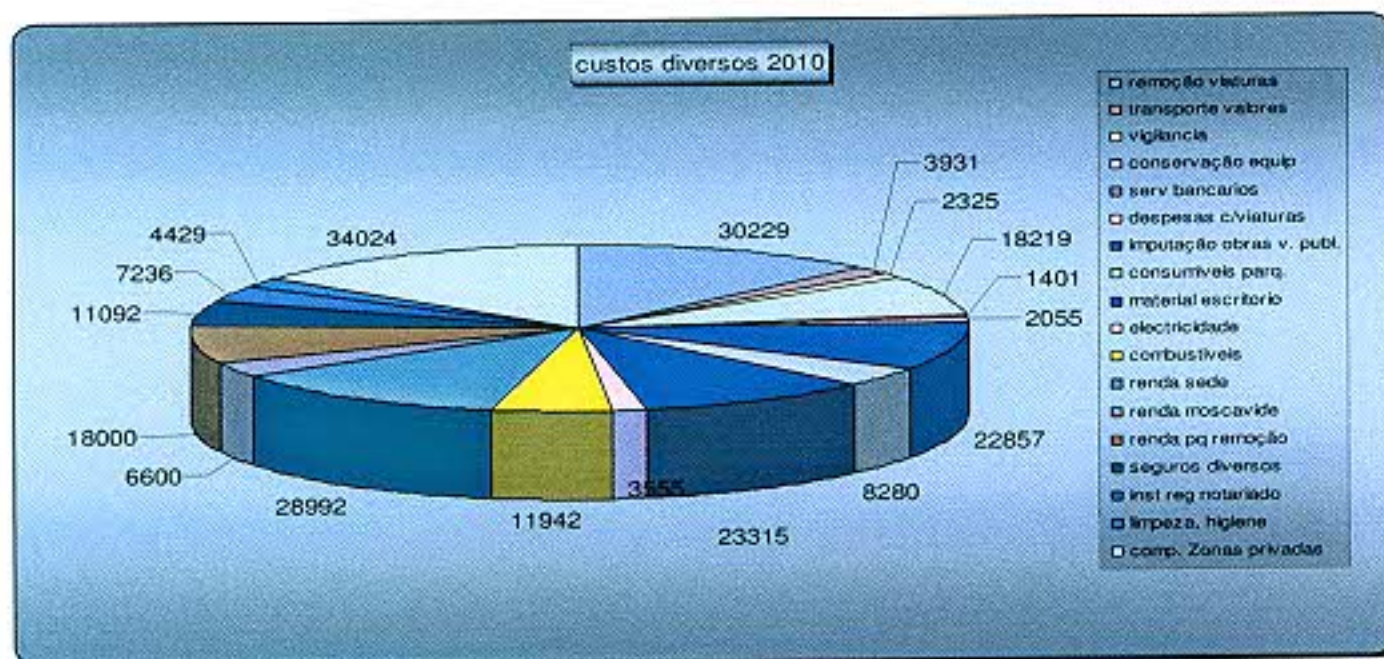
O quadro de pessoal por 35 elementos, incluindo o conselho de administração.

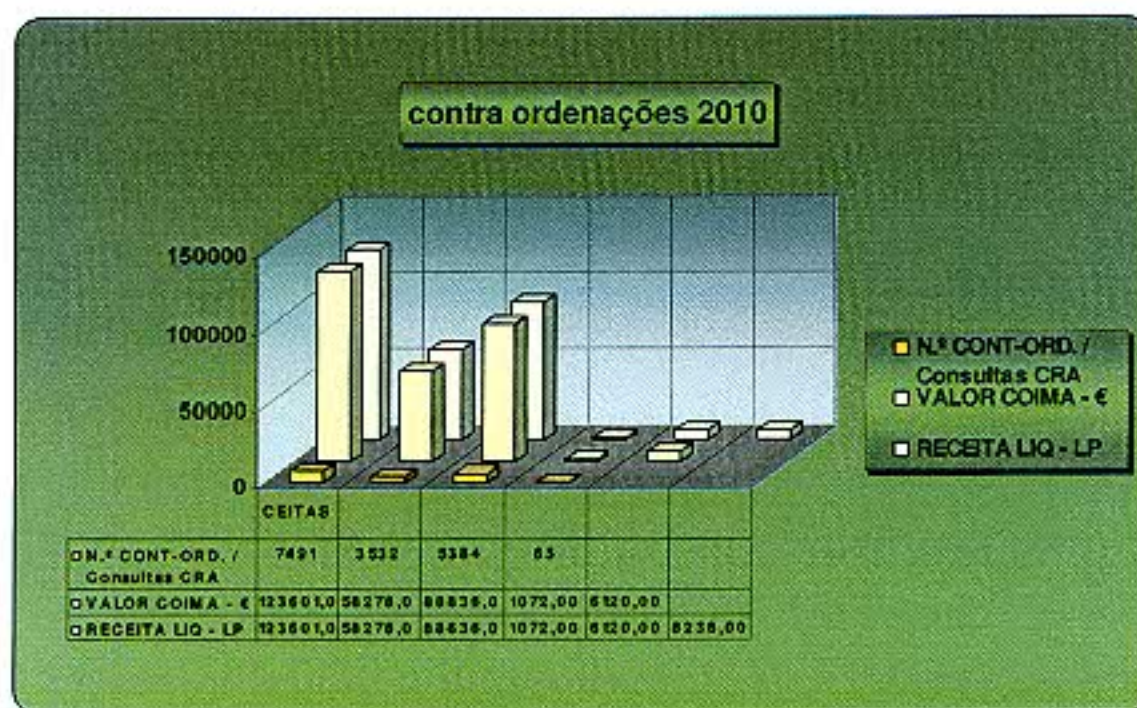
O sector de fiscalização inclui o pessoal afecto ao parque de Sacavém, bem como o afecto à recolha da colecta e manutenção de parcometros. O restante pessoal de fiscalização está dividido por três grandes zonas Loures – Moscavide – Portela/Prior Velho.



Custos diversos

As principais rubricas dos custos gerais do exercício dividiram-se conforme projecção do gráfico:





A taxa de adesão ao sistema de obtenção de título de estacionamento posteriormente ao aviso de denúncia foi de cerca de 45%, representado as respectivas receitas 4,45% dos proveitos dos parcometros.

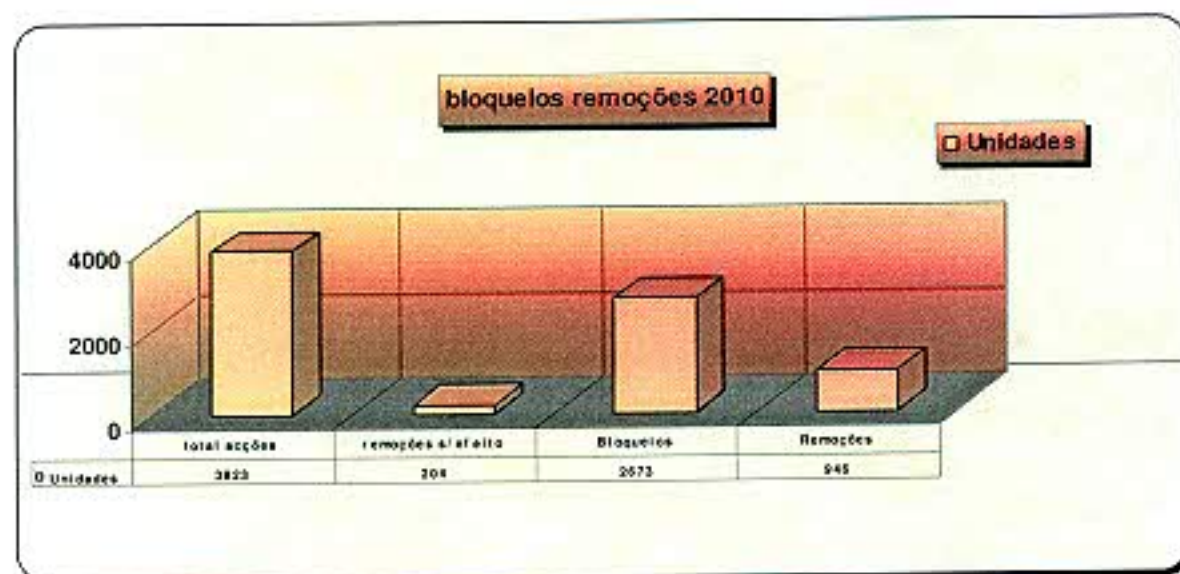
tickets obtidos após 2010						
€	1ºt	2ºt	3ºt	4ºt	sub total	total €
0,50	2150	2836	2574	2855	10415	5207,50
1,60	630	56	0	0	686	1097,60
2,60	559	19	0	0	578	1502,80
3,45	220	0	0	0	220	759,00
3,00	140	842	855	917	2754	8262,00
4,00	99	855	667	791	2412	9648,00
5,00	45	291	275	347	958	4790,00
Total avisos	3843	4899	4371	4910	18023	31266,90

Da totalidade dos autos de contra ordenação indirectos levantados, a ANSR transferiu para a Loures Parque a quantia de 40.810 €. Nesta rubrica foi cobrada a quantia de 100.276 € relativamente ao valor das coimas quer das contra ordenações directas, quer das indirectas.

No entanto, conforme informação da ANSR, encontram-se em diversas situações autos de contra ordenação, cujas coimas a serem cobradas vão gerar para a Loures Parque as seguintes receitas:

situações autos	€
Pendente diligência	1.572 €
A atribuir a juristas	36.635 €
Atribuídos a juristas	1.402 €
Pendente decisão	9.402 €
Enviados infractores	6.989 €
Em recurso	874 €
Enviados tribunal	7.732 €
Pendente arquivo	4.256 €
total valor coimas	68.862 €

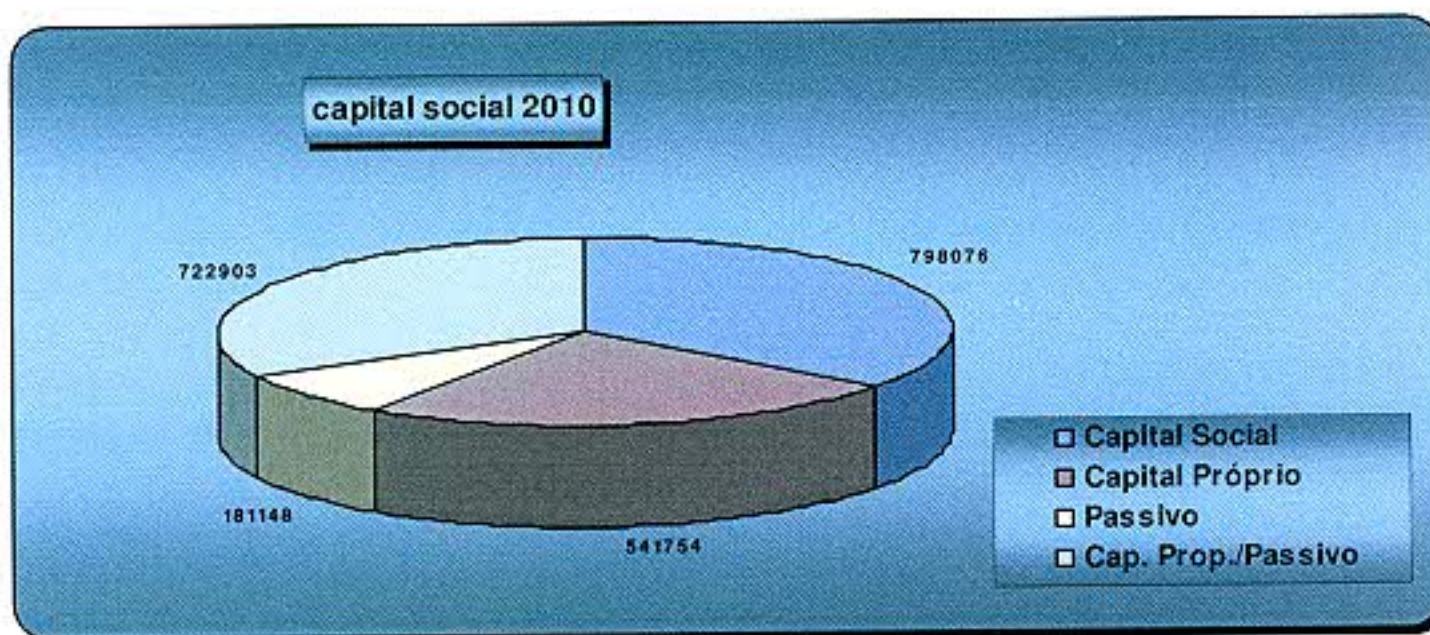
Das acções de fiscalização por estacionamento abusivo ou indevido nos termos do código da estrada, foram sujeitas a bloqueamento 3.823 viaturas, das quais 946 foram removidas. Relativamente ao ano anterior houve uma diminuição de 8,6% deste tipo de acções.



Capital social e Passivo e Resultado líquido

O capital social da empresa é de 798.076,64 €, sendo o capital próprio de montante de 541.754,69 € e o passivo de 181.148,39 €.

O resultado líquido do período foi de (117.255,16 €) negativos.



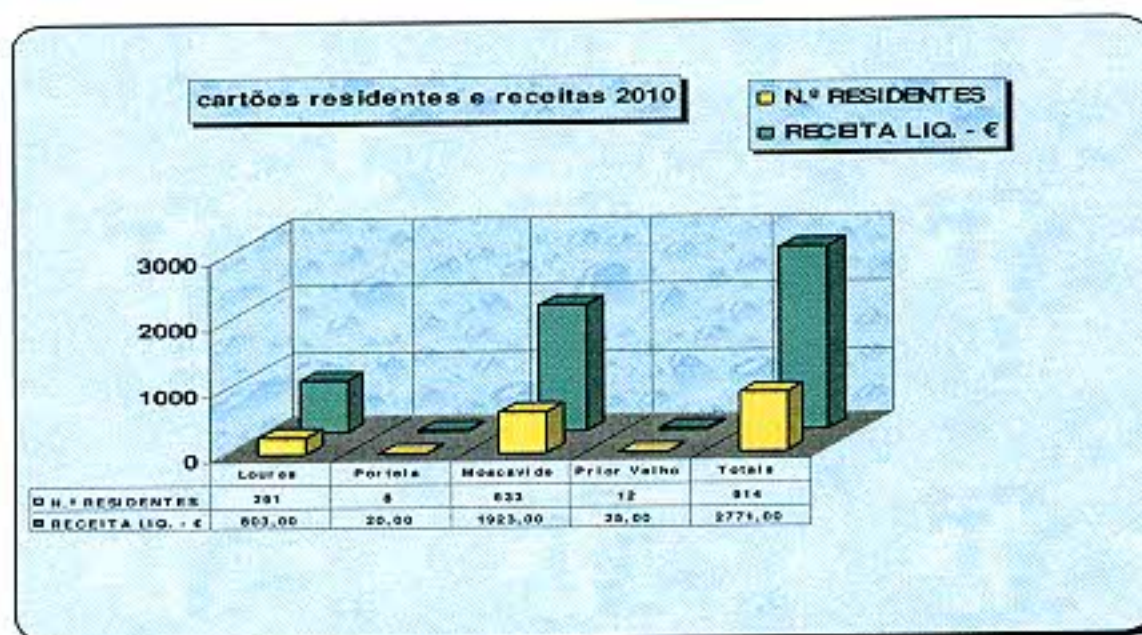
Residentes

Os dísticos de residentes que permitem o estacionamento de viaturas nas respectivas zonas de forma gratuita e sem limite de tempo têm duração temporal de dois anos. Foram emitidos dísticos para viaturas de residentes das diversas zonas de estacionamento de duração limitada, originando as receitas:

Dísticos distribuídos por grandes zonas

Os dísticos de residentes têm uma validade de 02 anos e os seguintes custos:

- 1ª viatura – 2 €; 2ª viatura – 10 €; 3ª viatura – 20 €; 4ª viatura – 50 €
- Seguintes – 100 €



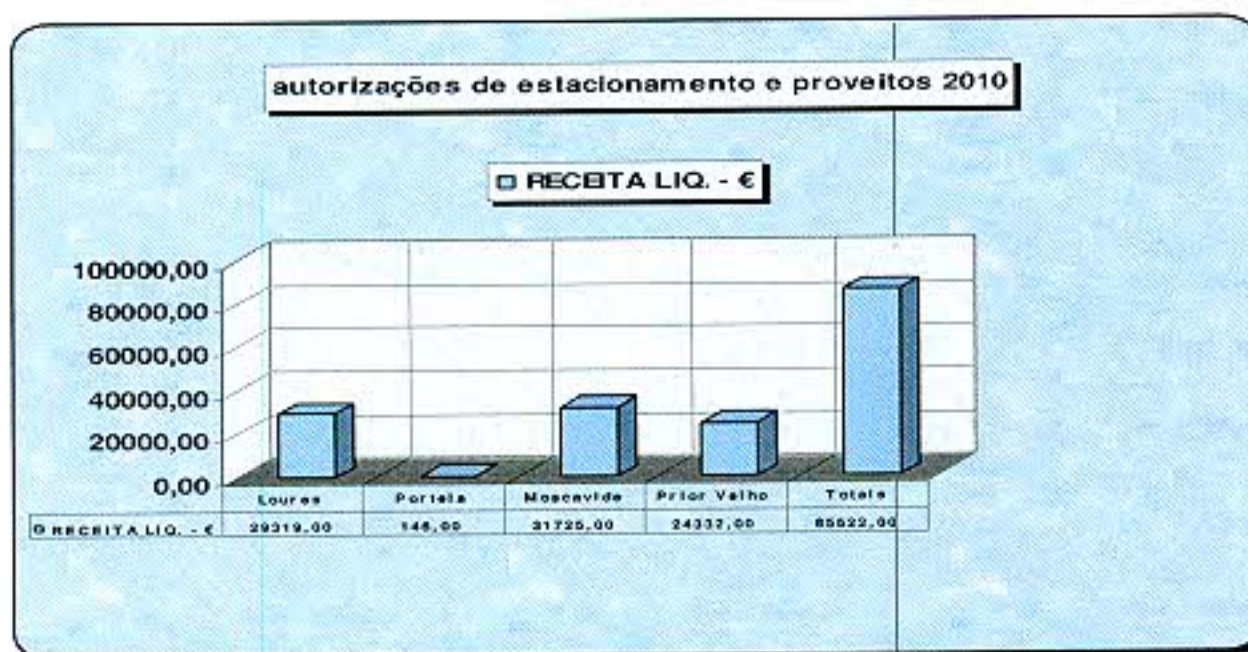
Autorizações de estacionamento

Nas zonas de estacionamento foram emitidas autorizações de estacionamento, gerando uma receita de 85.522 € e distribuídas da seguinte forma:

Na zona 501 Prior Velho, o estacionamento de viaturas mediante autorização de estacionamento semanal faz-se através de cartão equipado com chip e estas receitas são contabilizadas como proveitos dos parcometros, uma vez que o pagamento é efectuado através desse sistema.

Nas restantes zonas de estacionamento, o estacionamento de viaturas através da modalidade de autorização de estacionamento mensal, semestral ou anual é efectuado em determinadas sub zonas e cujo pagamento não é através de parcometro contabilizando-se assim nesta rubrica.

Autorizações de estacionamento por grandes zonas



As autorizações de estacionamento são concedidas a trabalhadores e comerciantes que exerçam a sua actividade em determinadas zonas de estacionamento de duração limitada.

Titulos de Estacionamento pré comprados

No decorrer do ano foram usados titulos pré comprados como forma alternativa ao pagamento da taxa de estacionamento via parcometro, tendo sido comercializadas 24.446 horas correspondendo a uma receita de 10.992 €.

Devido à alteração da taxa IVA, uma vez que estas têm que estar inscrita no titulo de estacionamento, cerca de 50.000 titulos foram objecto destruição por não obedecerem às normas legalmente estabelecidas. Esse facto originou que se não vendessem titulos de estacionamento, vulgo raspadinhas durante 3 meses.

Loures P **TITULO DE ESTACIONAMENTO**
1 hora

Valido nas zonas de estacionamento da jurisdição do Município de Loures

Out. 100 002 547

MCS

Jan. Feb. Mar. Abr. Mai. Jun.
Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.

DA

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13
14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26
27 28 29 30 31

HORAS

08 09 10 11 12 13 14
15 16 17 18 19 20

MINUTOS

0 15 30 45

N.º 100001 C 0,45 €
IVA 24%

Av. Dr. António Carvalheiro de Figueiredo, n.º 28-A - 1670-005 Loures
Tel.: 21 592 87 81 - Fax: 21 962 12 77 - Email: comparques@empmunicipal.pt
Entidade Adm. 100700300

Instruções

1. Raspar os espaços correspondentes ao mês, dia, hora e minutos de chegada.

2. Colocar este título no interior do veículo, junto ao parabrisas, com o risco para evitar de modo a serem visíveis as menções (plataforma) das condições.

3. O não cumprimento das instruções administrativas, serão penalizadas pelo Código da Estrada.

(ESPAÇO PUBLICITÁRIO)

Nome: _____

Cont. N.º _____

Parque de Sacavém

O parque de estacionamento subterrâneo de Sacavém até finais de Maio de 2010 esteve na sua grande maioria em sistema de **gratuidade para os residentes** das Pracetas envolventes e em consequência não foram geradas as convenientes receitas.

Em finais de 2010 existiam 150 avenças nas diversas modalidades.

Em termos de estacionamento de rotatividade ao público, esta vertente não teve expressão significativa.

Para o ano subsequente, o parque vai ter uma nova modalidade que é a recolha de viaturas removidas, havendo uma afectação das receitas de depósito.

No decorrer do ano, devido a acto de vandalismo, foi necessário substituir o vidro duplo do elevador com um custo de 4.000 €

Relações Institucionais

Concedeu-se gratuitamente a ocupação de diversas bolsas de estacionamento, no âmbito de diversos eventos, nomeadamente o festival do "Caracol", "festas da cidade" promovidos pela Câmara Municipal, bem como para o Carnaval, promovido pela Associação de Carnaval de Loures.

Em colaboração com a CML concedeu-se estacionamento gratuito aos professores da Universidade Sénior "Academia dos Saberes".

A Loures Parque EM integra os Órgãos Sociais da APEM (associação portuguesa de empresas municipais) e é associada da ANEPE (associação nacional de empresas e parques de estacionamento).

Frequentaram-se seminários no âmbito da formação ao nível de empresas municipais e gestão do estacionamento, bem como da contratação pública.

Colaborou-se com diversas entidades (câmaras municipais e empresas municipais) no âmbito do estacionamento de duração limitada, ministrando formação.

Colaborou-se com a associação de comércio e serviços do Concelho de Loures, durante o mês de Dezembro, oferecendo uma hora de estacionamento.



INFORMAÇÃO

Estacionamento Gratuito pelo Período de 1 Hora

Durante o mês de Dezembro de 2009 todos os tickets de estacionamento, são válidos pelo período de tempo obtido, acrescido de uma hora.

Faça compras no comércio local.

Estacione bem

com

a Loures Parque E.M.



BOAS FESTAS !



ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DOS CONCELHOS DE LOURES E ODIVELAS

Campanhas de sensibilização

Continuou-se com a campanha de sensibilização da recolha de tickets.



Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido de exercício foi de 117.255,16 € **negativos**, propondo-se que o resultado seja aplicado para resultados transitados.

CONCLUSÕES:

No ano 2010, verificaram-se alguns custos não previstos e na sua totalidade superiores aos proveitos, criando um défice de 4,6%.

Os proveitos totais cresceram relativamente ao ano anterior na ordem dos 2,73%. Pese esse facto, as previsões insertas nos documentos de gestão previsional para o ano 2010 não se concretizaram.

Para o défice entre proveitos e custos concorreram as despesas que não estavam previstas, mas que tiveram que ser efectuadas, tais como integração de mais elementos na fiscalização, obras na sede da empresa e loja de Moscavide e uniformes para a fiscalização.

Já foram tomadas as medidas convenientes para alterar esta situação no decorrer do ano 2011, tais como a redução de custos operacionais relativos ao parque de remoções no montante de 18.000 €. Eliminou-se a rubrica de publicidade e estudos de mercado no montante de 23.000 €, negociou-se novos plafonds sobre comunicações. Os custos não previstos já não se vão verificar nos anos subsequentes.

O contrato de aluguer operacional de parcometros efectuado a 48 meses terminou no final de 2010 e cujo montante anual orçava em 40.610 €.

Não vai ser necessário a aquisição de uniformes para a fiscalização, pelo que nesta rubrica haverá uma poupança de 34.000 €.

Houve os cortes legais nas remunerações dos órgãos sociais.

O parque de Sacavém está em pleno funcionamento, não havendo qualquer sistema de gratuidade no parqueamento de viaturas, pelo que haverá um acréscimo de proveitos relativamente ao ano anterior.

Modernizou-se tecnologicamente o sistema de avisos por infracção, deixado de haver a possibilidade de enviar questionários identificativos dos infractores via envelope RSF a apenas da empresa, havendo uma diminuição nos custos dos CTT na ordem dos 5.000 €.

Haverá um corte na rubrica fornecimentos e serviços externos na ordem dos 130.000 €.

No tocante à cobrança de coimas, passaram a ser efectuadas directamente na entidade bancária da Loures Parque EM, sendo doravante esta entidade a fazer a distribuição das percentagens pela ANSR e Ministério das Finanças e não o contrário, situação essa que originará maior fluxo de proveitos.

Já foram introduzidos os diversos meios tecnológicos para dar mais eficácia à função da Loures Parque.

Os resultados negativos foi uma excepção ao normal comportamento em termos de proveitos e custos da Loures Parque e independentemente desses resultados, verifica-se um equilíbrio económico-financeiro sustentável. Como empresa municipal não está vocacionada para o lucro em termos económicos, mas sim para a sua independência económica.

Continua a verificar-se a não existência nem necessidade de transferência de qualquer verba por parte do accionista Câmara Municipal.

Loures, Março 2011
O Conselho de Administração

José Manuel Domingues
Presidente

Ricardo Alexandre da Silva Bastos
Vogal

Luís Filipe Teixeira Gestas
Vogal

Loures Parque, E.M.

Moeda:

EUR

Contribuinte:

Unidade:

Euros

505072947

BALANÇO

Rubricas	Notas	2010	2009 Reexpresso
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3b) 5	252.398,00	300.108,48
Activos Intangíveis	3b) 5	12.826,58	12.828,52
Activos por impostos diferidos		41.517,00	0,00
Subtotal		306.741,58	312.937,00
Activo corrente			
Clientes	3c)h)7	7.680,72	84.485,24
Adiantamentos a fornecedores		0,00	614,43
Estado e outros entes públicos	3j) 14	5.963,27	12.054,43
Outras contas a receber	3h)	29.874,52	17.557,36
Diferimentos	3e) 14	265.588,21	270.635,65
Caixa e depósitos bancários	3h)	107.054,78	117.064,41
Subtotal		416.161,50	502.411,52
Total do activo		722.903,08	815.348,52
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	9 10	798.076,64	798.076,64
Resultados transitados	10	-139.066,79	-112.178,82
Subtotal		659.009,85	685.897,82
Resultado líquido do exercício		-117.255,16	825,78
Total do capital próprio		541.754,69	686.723,60
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3h)	35.811,55	9.844,16
Estado e outros entes públicos	3j) 14	29.505,02	32.636,85
Outras contas a pagar	3h)	115.831,82	86.143,91
Subtotal		181.148,39	128.624,92
Total do Passivo		181.148,39	128.624,92
Total do capital próprio e do passivo		722.903,08	815.348,52

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas _____

Loures Parque, E.M.

Moeda:

Unidade:

EUR

Euros

Contribuinte:

505072947

Demonstração dos resultados por naturezas

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2010	2009 Reexpresso
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	3e) 12	851.097,24	828.423,58
	62	Fornecimentos e serviços externos	14	-490.498,09	-419.958,83
	63	Gastos com pessoal	3f) 11	-687.291,12	-572.783,77
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3c) 7	-2.373,10	-4.274,30
781/4; 786/8		Outros rendimentos e ganhos	14	272.851,76	268.979,10
	681/4; 686/8	Outros gastos e perdas		-8.188,20	-11.027,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				-64.401,51	89.357,98
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3a)b) 5	-91.367,92	-84.453,96
7625/6	655/6	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/re	3c)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				-155.769,43	4.904,02
79		Juros e rendimentos similares obtidos	3h) 13	434,14	3.287,19
	69	Juros e gastos similares suportados	3h) 13	-967,95	-4.664,65
Resultado antes de impostos				-156.303,24	3.526,56
	812	Impostos sobre o rendimento do período	3j)	39.048,08	-2.700,78
Resultado líquido do período				-117.255,16	825,78
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos)					
inc. no resultado líquido do período					
Resultado líquido do período atribuível: (*)					
Detentores do capital da casa mãe					
Interesses minoritários					
Subtotal					
Resultado por acção básico					

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas _____

Loures Parque, E.M.

Moeda:
Dezembro EUR

Unidade:
Euros

Contribuinte:

505072947

Demonstração dos resultados por Funções

Nº	Rubrica	Notas	2010	2009
1	Vendas e serviços prestados	3e) 12	851.195,51	828.423,58
2	Custo das vendas e dos serviços prestados	3f) 11 14	-800.091,91	-678.067,80
	Resultado bruto		51.103,60	150.355,78
3	Outros rendimentos	3e) 12	271.105,61	266.626,57
4	Gastos de distribuição	3a)b) 5	-84.708,16	-80.900,22
5	Gastos administrativos	3f) 11	-388.180,18	-324.804,39
7	Outros gastos		-5.406,75	-6.373,72
	Resultado operacional		-156.085,88	4.904,02
8	Gastos de financiamento (líquidos)	3h) 13	-217,36	-1.377,46
	Resultado antes de impostos		-156.303,24	3.526,56
13	Imposto sobre o rendimento do período	3j)	39.048,08	-2.700,78
	Resultado líquido do período		-117.255,16	825,78
14	Resultado das actividades descontinuadas (líquidos de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas _____

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Exercícios			
	2010		2009	
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo				
Recebimentos de Clientes	1.163.982,71		1.114.489,49	
Pagamentos a Fornecedores	-574.299,52		-605.871,68	
Pagamentos ao Pessoal	-605.105,03		-535.564,79	
Caixa geradas pelas operações	-15.421,84		-26.946,98	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	4.340,13		-12.214,16	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	48.778,14		16.145,17	
Subtotal	53.118,27		3.931,01	
Fluxos das actividades operacionais (1)		37.696,43		-23.015,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-31.489,96		-128.398,10	
Activos Intangíveis	-16.511,75		-26.788,54	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Outros Activos	0,00		0,00	
	-48.001,71		-155.186,64	
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	0,00		0,00	
Activos Intangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Outros Activos	0,00		0,00	
Subsídios ao investimento	0,00		0,00	
Juros e rendimentos similares	310,44		2.629,78	
Dividendos	0,00		0,00	
	310,44		2.629,78	
Fluxos das actividades de investimento (2)		-47.691,27		-152.556,86
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	0,00		0,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00	
Cobertura de prejuízos	0,00		0,00	
Doações	0,00		0,00	
Outras operações de financiamento	0,00		0,00	
	0,00		0,00	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	0,00		0,00	
Juros e gastos similares	-14,79		-23,20	
Dividendos	0,00		0,00	
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00	
Outras operações de financiamento	0,00		0,00	
	-14,79		-23,20	
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-14,79		-23,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-10.009,63		-175.596,03
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		117.064,41		292.660,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		107.054,78		117.064,41

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas _____

EXERCÍCIO DE 2010

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

A Loures Parque – Empresa Municipal de Estacionamento, E.M. (doravante designada por Loures Parque ou Empresa), é uma empresa pública municipal, constituída em 16 de Fevereiro de 2000, pessoa colectiva n.º 505072947, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures com o n.º 02/00327.

1.2 Sede

A Empresa tem sede na Av. Dr. António Carvalho Figueiredo, n.º 28A, 2670-405 Loures,

1.3 Natureza da actividade

A actividade da Empresa consiste na construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento e a promoção do desenvolvimento no Concelho de Loures.

1.4 Designação da empresa-mãe

O capital social da Loures Parque é integralmente detido pela Câmara Municipal de Loures.

1.5 Sede da empresa-mãe

A Câmara Municipal de Loures tem sede na Praça da Liberdade, 4, 2674 - 501 Loures

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício de 2010 foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010 e respectivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades)
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

Os dados relativos ao exercício de 2009 foram reexpressos de forma a reflectir aquela mesma base normativa.

A informação financeira apresentada teve por base o entendimento da actual redacção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e respectivas interpretações.

Apesar da plataforma existente as NCRF estão sujeitas a um processo contínuo de revisão, decorrente do qual poderão resultar alterações. Por se tratar de um período de transição, considera-se que eventuais clarificações poderão conduzir a alterações futuras na informação apresentada.

Os valores monetários encontram-se expressos em Euros.

2.2 Adopção pela primeira vez do SNC - Divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, a Loures Parque elaborou, aprovou e publicou demonstrações financeiras, de acordo com os PCGA previstos no POC aplicável à generalidade das empresas, com as devidas adaptações em função das necessidades de relato financeiro da Loures Parque. O balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações do capital próprio, da demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF.

As NCRF aprovadas pela Comissão de Normalização Contabilística e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, das quais advieram impactos nas demonstrações financeiras da Loures Parque, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O efeito nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção das novas normas, referidas, verificou-se apenas ao nível da apresentação e divulgação de informação financeira.

De acordo com o POC a Loures Parque tinha registado como Activos Fixos Tangíveis, na rubrica equipamento administrativo as despesas com software adquirido para utilização na actividade, as quais de acordo com a NCRF 6 foram reconhecidas como Activo Intangíveis.

Valor de Software 1 Janeiro 2010 - 83.032,76 Euros
Depreciações Acumuladas 1 Janeiro 2010 - 70.204,24€ Euros

Desreconheceu-se as despesas de constituição no valor de 2.472,67 Euros, já completamente amortizadas do Activo Intangível.

A Empresa reclassificou em gastos a reconhecer, as obras por si efectuadas no parque da Av. do Estado da Índia, propriedade da Câmara Municipal de Loures, que de acordo com o POC tinha relevado contabilisticamente como Activos Fixos Tangíveis - Obras em Edificações Alheias, no valor de 17.885,97 Euros.

3. Principais critérios contabilísticos e valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, efectivas para o exercício iniciados em 1 de Janeiro de 2010

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por este controláveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registados como custo quando incorridos.

Os custos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, os valores incorridos são classificados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de utilidade esperada dos activos em causa.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis, adquiridos após aquela data, utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida útil:	N.º Anos
Equipamento Básico	3 a 8
Equipamento de Transporte	4 a 8
Equipamento Administrativo	5 a 8

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

c) Imparidade de activos

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica perdas por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, na demonstração de resultados como Reversão de perdas de imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

d) Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na nota 3, alínea b), são registadas como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Os activos adquiridos mediante contratos de aluguer de longa duração são contabilizados pelo método operacional. De acordo com este método as rendas são registadas como custo na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

e) Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

f) Férias e Subsídios de Férias

No final de cada exercício a Empresa regista, em «Acréscimos de gastos», o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

h) Instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respectiva relação contratual.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Outros empréstimos, na demonstração da posição financeira.

Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas.

Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

i) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no respectivo anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no seu anexo, quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

j) Impostos

A Empresa é tributada em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa normal de 12,5%, para a matéria colectável até 12.500 euros, quando superior, ao excedente, aplica-se a taxa normal de 25%. Acresce a Derrama à taxa de 1,5% sobre o resultado tributável sujeito e não isento de IRC.

Nos termos do artigo 81.º do Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (sendo de cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, caso em que dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2006 a 2009, poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende, todavia, que eventuais correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das Autoridades Fiscais, não terão um efeito significativo nas respectivas Demonstrações Financeiras.

Nos termos da legislação aplicável, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2010 os prejuízos fiscais ascenderam a 156.667,94 euros, tendo, a Empresa contabilizado os seguintes impostos diferidos activos:

Prejuízos fiscais reportáveis em 31 de Dezembro de 2010	156.667,94 euros
Taxa de IRC: 25% e Derrama 1,5%	
Saldo final dos impostos diferidos activos	41.517,00 euros

4. Número médio de empregados

Em Dezembro de 2010 o número médio de empregados foi de 36.

5. ACTIVOS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Ajustamento transição SNC	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos Intangíveis						
Despesas de Instalação.....	2.472,67	-2.472,67	0,00	0,00	0,00	0,00
Software.....	0,00	83.032,76	9.363,98	0,00	0,00	92.396,74
Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e outras construções...	17.885,97	-17.885,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico.....	507.620,21	0,00	21.248,85	98,26	0,00	528.770,80
Equipamento de transporte.....	76.366,02	0,00	0,00	0,00	0,00	76.366,02
Equipamento administrativo.....	219.966,79	-83.032,76	13.096,71	0,00	0,00	150.030,74
	821.838,99	-100.918,73	34.345,56	98,26	0,00	755.167,56
TOTAL GERAL	824.311,66	-20.358,64	43.709,54	98,26	0,00	847.564,30

Depreciações

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularização	Ajustamento transição SNC	Saldo final
Activos Intangíveis					
Despesas de Instalação	2.472,67	0,00	0,00	-2.472,67	0,00
Software	0,00	9.981,82	0,00	69.588,34	79.570,16
Activos Fixos Tangíveis					
Edifícios e outras construções	357,94	0,00	0,00	-357,94	0,00
Equipamento básico	266.485,20	58.131,68	-44,22	0,00	324.572,66
Equipamento de transporte	38.880,76	13.223,70	0,00	0,00	52.104,46
Equipamento administrativo	185.650,06	10.030,72	0,00	-69.588,34	126.092,44
	491.373,96	81.386,10	-44,22	-69.946,28	502.769,56
TOTAL GERAL	493.846,63	91.367,92	-44,22	-2.630,61	582.339,72

6. Locação financeira

Em Outubro e Novembro de 2004 a empresa liquidou a totalidade dos contratos de locação financeira.

7. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida

Em 31 de Dezembro de 2010, existiam dívidas consideradas como de cobrança duvidosa (clientes) no valor global de 9.579,16 euros, para as quais se registou imparidade de dívidas a receber no mesmo montante.

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
219 - Imparidade de dívidas a receber	7.206,06	2.373,10	0,00	9.579,16

8. Movimentos ocorridos nas provisões acumuladas

A empresa não constituiu qualquer provisão no exercício, apenas registou imparidade de dívidas a receber.

9. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Empresa é de 798.076,64€, detido na totalidade pela Câmara Municipal de Loures.

10. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de capital próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capitais próprios, durante o período terminado em 31 de Dezembro de 2010, foi como se segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Tranferências	Reduções	Saldo final
Capital social	798.076,64				798.076,64
Resultados transitados	-112.178,82	825,78		27.713,75	-139.066,79
Resultado do exercício	825,78	-117.255,16	-825,78		-117.255,16
Total	686.723,60	-116.429,38	-825,78	27.713,75	541.754,69

Por deliberação do Conselho de Administração da Loures Parque, E.M., foi decidido que a aplicação de resultados líquidos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 fosse transferido para resultados transitados.

11. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Administração	
- Remunerações	75.115,87
- Encargos sociais	11.358,22
Fiscal Único	6.000,00
Total	92.474,09

12. Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços de 2010 foram dirigidas na totalidade para o mercado interno.

13. Demonstração de Resultados Financeiros

As rubricas incluídas nesta demonstração têm a seguinte composição:

Rubricas	Exercícios	
	Dez-10	Dez-09
Juros suportados	967,95	1.249,07
Outros custos e perdas financeiros	0,00	3.415,58
Resultados financeiros	-533,81	-1.377,46
	434,14	3.287,19
Juros obtidos	434,14	3.287,19

14. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos Resultados do Exercício:

* Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos com o Estado tinham a seguinte composição:

<u>Saldos devedores</u>	
Retenção na fonte	85,00
Pagamentos por conta	8.347,19
Imposto estimado	-2.468,92
	<u>5.963,27</u>
<u>Saldos credores</u>	
Retenção de impostos sobre rendimentos	3.741,89
Imposto sobre o valor acrescentado	15.401,56
Contribuições segurança social	10.361,57
	<u>29.505,02</u>

* Credores por acréscimos de gastos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos desta rubrica tinham a seguinte composição:

<u>Acréscimos de Gastos</u>	
Remunerações a liquidar	79.322,79
Outros	8.194,35
	<u>87.517,14</u>
<u>Diferimentos</u>	
Obras na via pública a)	200.773,80
Sinalização horizontal a)	6.775,37
Seguros	14.478,73
Obras em Edificações Alheias a)	39.822,79
Outros	3.737,52
	<u>265.588,21</u>

- a) Os custos diferidos das Obras na via pública estão a ser diferidos por 15 anos, os da Sinalização horizontal estão a ser diferidos por 4 anos e as obras em edificações alheias também por 15 anos.

* Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos desta rubrica tinham a seguinte composição:

Subcontratos – reboque de viaturas	32.544,69
Outros subcontratos	880,92
Energia e fluidos	16.547,62
Materiais	38.060,32
Rendas e alugueres	146.023,28
Comunicação	36.641,57
Honorários	24.995,74
Conservação e reparação	16.184,19
Publicidade	23.519,16
Serviços especializados	1.908,63
Exploração espaços estacionamento	34.024,17
Imputação de Obras na Via Pública	22.857,50
Imputação de Sinalização Horizontal	7.104,22
Outros	89.206,08
	<u>490.498,09</u>

* Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos desta rubrica tinham a seguinte composição:

Contra ordenações b)	100.276,06
Reboques e bloqueios c)	148.550,00
Outros	24.025,70
	<u>272.851,76</u>

- b) Os proveitos das contra-ordenações ocorrem nos termos do art.º 71º n.º 1 al. d) do Código da Estrada, o estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada, sem o pagamento da respectiva taxa, constitui infracção.

A referida infracção é punida com coima de 30€ - n.º 2 do artº 71º do CE. Conforme preceitua o Decreto-Lei 369/99 de 18 de Setembro - regime de distribuição do produto das coimas, essa distribuição é feita da seguinte forma:

35% para o Ministério Finanças

55% para a Entidade Fiscalizadora

10% para a Autoridade Nacional Segurança Rodoviária

Todos os processos por infracções rodoviárias são instruídos pela Autoridade Nacional Segurança Rodoviária. Assim, por cada contra-ordenação levantada pela Loures Parque, E.M., instruída pela ANSR e liquidada, cabe a quantia de 16,50 €.

A Loures Parque, E.M., não tem controlo sob o pagamento das coimas ou a prescrição das mesmas, limitando-se a receber as quantias depositadas pela ANSR.

- c) As condições e as taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos são as fixadas na Portaria n.º 1424/2001 de 13 de Dezembro.

Nos termos do art.º 9º da referida portaria, pelo bloqueamento de veículos ligeiros é devida a taxa de 30€;

Pela remoção da viatura para parque de depósito, é devida a taxa de 60€ - art.º 11º;

Pelo depósito da viatura é devida a taxa de 10€ por dia. - art.º 13º al. b);

Porém, se a viatura que vai proceder à remoção tiver chegado junto do veículo a remover, neste caso é devida a taxa de remoção de 50€ previsto na al. a) do art.º 11º.

A remoção de viaturas é feita por terceiros e não directamente pela Loures Parque, E.M., em sistema de prestação de serviços, cabendo o pagamento por cada viatura removida a quantia de 30€. No caso de a viatura que procede à remoção tiver chegado, mas não efectuado a operação de remoção é devida a quantia de 25€ a liquidar.

A Administração

A Técnica de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas da LOURES PARQUE - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de € 722.903,08 e um total de capital próprio de € 541.754,69, incluindo um resultado líquido negativo de € 117.255,16, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da LOURES PARQUE - Empresa Municipal de Estacionamento, EM, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 10 de Março de 2011

(a) *António Manuel Castanho Miranda Ribeiro*

R.O.C. n.º 778

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2010

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. me conferiram e no desempenho das minhas funções legais e estatutárias, acompanhei durante o exercício de 2010, a actividade da LOURES PARQUE - Empresa Municipal de Estacionamento, EM, examinei regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatei a observância da lei e dos estatutos e obtive sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal de Contas, que considero parte integrante deste relatório, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim sou do parecer que a Assembleia Geral aprove:

1. O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo apresentados pelo Conselho da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
2. A proposta de aplicação de resultados constante no Relatório de Gestão;
3. Um voto de confiança pela competência e empenhamento com que o Conselho de Administração exerceu as suas funções.

Lisboa, 10 de Março de 2011

O FISCAL ÚNICO

(a) *António Manuel Castanho Miranda Ribeiro*